



ORM Cabo

O Liberal

Amazônia Hoje

CONFIRA:

Salas de Chat

O LIBERAL

on line

Edição: **Ano LX – Nº 31.297****Belém, Segunda, 13/02/2006**

Busca

CLASSIFICADOS

Anuncie Online

Classimais

Lib Online

NOTÍCIAS

Atualidades

Cartaz

Esporte

Painel

Polícia

OESTE DO PARÁ

Jorge

Notícias

Paulo Leandro Leal

SUL DO PARÁ

Flash Regional

João Salame

Notícias

ESPECIAIS

Automóvel

Círio

Concursos

Eleições 2004

Etapas do Círio

Informática

Painel

Vale-tudo deve dominar a campanha

Especialistas apontam que corrupção e briga de números entre dois governos deverão marcar a campanha eleitoral deste ano

Tamanho do Texto



Brasília, Agência Estado - No quarto confronto seguido entre PT e PSDB, a campanha presidencial deste ano será rica em comparações e pobre em propostas. Em uma prévia da disputa, os partidos mostram-se limitados a duas questões: corrupção e briga de números entre os dois governos de Fernando Henrique Cardoso e a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. "As duas candidaturas estão em debate há 13 anos. É um confronto antigo, mas que tem a questão da corrupção como elemento novo. Houve uma desmoralização muito grande que atingiu o presidente Lula, embora não o tenha tirado da disputa", diz o cientista político Marcus Figueiredo, diretor do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj).



Na tentativa de diferenciar o que é parecido, restará ao PSDB e ao PT olhar mais para o passado do que para o futuro, dizem analistas ouvidos pela reportagem. E nesse campo, entra o vale-tudo. "Cada um puxa a sardinha para o seu lado. Mas, quando o candidato começa a fazer interpretações complicadas e se distancia da realidade, o eleitor desconfia. O eleitor busca o mais verossímil", diz Figueiredo. No debate de quem fez mais e melhor, petistas e tucanos estão bem treinados.

Mulher
Prêmio Tim Lopes
Resp. Social
COLUNAS
Alyrio Sabbá
Aumenta o som
Belém Tem Disso
Bernardino
Carlos Ferreira
Cristian Costa
Editorial
Interior
Isaac
Ismaelino
Ivo Amaral
Legislação
Market.com
Painel Regional
Panorama
Re-Significar
Repórter 70
Repórter Político
Tutti Qui
Zoom
TROPPO
Alda
Capa
Cine Troppo
Notícias
Rejane
BOM DIA
Denis Cavalcante
Edson Coelho
João Carlos Pereira
Márcia Carvalho
Vera Cascaes

O site do PT usa os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2004, do IBGE, divulgadas em novembro passado, com estardalhaço. “Resultados da Pnad comprovam que o governo Lula reduziu a desigualdade de renda, com aumento do nível de emprego e melhoria das condições de vida”, anuncia o partido. Os números, de fato, são bons. Mas podem ser usados de todos os lados.

A queda do desemprego é um dos trunfos do PT, com a entrada de 2,7 milhões de trabalhadores no mercado em 2004. Foi um crescimento de 3,3% na população ocupada. Os tucanos lembram, por seu lado, que o recorde ainda é deles, com 3,8% de crescimento em 2002.

Outra comparação que os petistas gostam de fazer, e também está no site do partido, é a inflação “de apenas 5,5%” em 2005, citando o IPCA, medido pelo IBGE. O índice é comparado com 12,5% de 2002. Neste ponto, o discurso dos tucanos está pronto: a inflação foi controlada no governo Fernando Henrique e chegou a apenas 1,65% em 1998.

Um dado muito favorável a Lula, apontado na Pnad 2004, é a redução da desigualdade, com aumento da renda média dos 10% mais pobres e queda na dos 10% mais ricos. “A desigualdade caiu em 2004 o mesmo que caiu em 2001 e 2002 juntos. Acho que esta será a década da redução da desigualdade, como os anos 90 foram do controle da inflação, da estabilidade, a ampliação do acesso à educação. Na desigualdade, o PT está colhendo, embora o presidente Lula também esteja semeando com políticas sociais. E a eleição é na colheita. Neste ponto, o PT vai faturar mais”, diz o economista da FGV Marcelo Neri, especialista no estudo da pobreza.

Os índices são animadores, mas transformados em valores revelam a pobreza extrema. A renda do trabalho dos 10% ainda é de apenas R\$ 76, enquanto a dos 10% mais ricos chega a R\$ 3.266 - quase 43 vezes maior. Se a redução da desigualdade vai beneficiar os petistas, as graves e comprovadas denúncias de corrupção envolvendo o governo, o PT e os partidos aliados, será cada vez mais explorada pelo PSDB. Fernando Henrique provocou a ira petista ao declarar, na semana passada, que “a ética do PT é roubar”.

“A ética vai estar em primeiro lugar no debate eleitoral”, aposta o senador Pedro Simon (PMSB-RS), apontado a discussão como um ponto positivo. O deputado petista Sigmaringa Seixas (DF) concorda que o assunto será dominante, mas não vê frutos nessa discussão. “Neste tema, há discursos sinceros e hipócritas. Não devia estar presente no debate eleitoral, porque é elementar que o político tem que ter ética”, afirma o deputado. A reclamação de Simon é

Vladimir Cunha
OPINIÃO
Antônio Mattos
Art. da Semana
Art. do Dia
Haroldo Pinheiro
Humor
Voz do Leitor
CONTATO
Fale Conosco
SERVIÇOS
Assinaturas
Ed. Anteriores

quanto às promessas vazias: “São sempre bombásticas. O Lula chegou ao máximo na campanha passada. Prometeu acabar com a fome e gerar 15 milhões de empregos. Não fez nem um nem outro.”

O pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Eduardo Sarmento, acredita que nenhuma outra força política conseguirá se fortalecer a ponto de se apresentar como uma terceira via ao PSDB e ao PT. “Em propostas e modelo de governo, o debate estará empobrecido porque não há divergência profunda entre os dois. Antes, as campanhas presidenciais tinham a polarização porque o PT se apresentava como alternativa. Quando chegou ao poder, não executou um programa alternativo e este pólo foi abandonado.

Não tem uma força hegemônica para polarizar nesta campanha”, afirma o pesquisador Carlos Eduardo Sarmento, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O peemedebista Pedro Simon discorda. Aposta que seu partido, que escolherá entre o governador gaúcho Germano Rigotto e o ex-governador do Rio Anthony Garotinho, entrará na disputa para confrontar os partidos que governaram o País nos últimos onze anos. “O PSDB e o PT vão mostrar o que têm de positivo e o PMDB vai questionar os dois”, diz o senador.

Questões relevantes, mas nem tanto

O debate pré-eleitoral tem sido dominado por distorções e manipulações, numa antecipação do que virá quando a campanha começar. Com a discussão resumida à troca de acusações de corrupção ou a um bate-boca sobre qual governo permitiu o surgimento de mais buracos nas estradas, dificilmente se verá um confronto aprofundado sobre questões mais relevantes como, por exemplo, como desatar os nós do crescimento econômico. Ou sobre como o País se manterá no pelotão de frente das economias emergentes, ao lado de Rússia, Índia e China. Ou como melhorar a qualidade das decisões do Legislativo.

Especialistas ouvidos pelo reportagem acham que esses temas poderão até surgir durante a campanha eleitoral, mas de forma superficial. Dificilmente o eleitor terá uma proposta completa sobre como o candidato pretende resolver esses problemas, porque a solução passa por medidas impopulares. “Não podemos ser irrealistas e achar que os candidatos vão discutir temas cabeludos em campanha”, afirmou o consultor Raul Velloso.

“Estou convencido que o Brasil está no limiar de uma grande arrancada de crescimento, bastando para isso preparar o terreno. Mas vejo nos discursos dos candidatos uma visão que para o País se desenvolver basta vontade política para baixar os juros e subir o câmbio”,

comentou Mailson da Nóbrega, ministro da Fazenda no governo do ex-presidente José Sarney. "O Brasil não cresce mais não é por falta de vontade política ou de perícia, mas porque não consegue se desvencilhar de seu passado nacional-desenvolvimentista e do desastre da Constituição de 1988."

O desastre a que Mailson se refere é que a Constituição criou um Estado que, por ser generoso, criou um buraco nas contas públicas. Pelos cálculos de Raul Velloso, nos últimos dez anos a despesa do governo federal cresceu, em média, 5,8%. No mesmo período, a economia cresceu em média 2,5%. Ou seja, o Estado vem inchando num ritmo muito mais rápido do que a economia é capaz de sustentar.

Preocupado com isso, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pediu aos empresários, durante um jantar em São Paulo, uma pressão de fora do governo para que o Congresso aprove uma reforma na Lei de Responsabilidade Fiscal, fixando um limite para o crescimento da despesa pública. A ajuda precisa vir de fora, porque o próprio governo Luiz Inácio Lula da Silva, do qual Palocci faz parte, rema na direção contrária. O aumento no valor do salário mínimo de R\$ 300,00 para R\$ 350,00 este ano ampliou as despesas da Previdência Social em R\$ 8 bilhões. Só para comparar: no ano passado inteiro, o que o governo gastou em investimentos foi R\$ 10 bilhões.

Nenhum candidato vai defender que as aposentadorias e pensões não devem mais ser reajustadas conforme o salário mínimo ou, então, que o mínimo não pode continuar crescendo no ritmo em que está, ou ainda, que as pessoas devam se aposentar mais tarde. Mas esse é um ponto central do "ajuste fiscal de longo prazo" que tanto se defende sem entrar em detalhes. O rombo da Previdência sextuplicou de tamanho nos últimos dez anos, passando de 0,32% do PIB em 1996 para 1,92% do PIB em 2005. Essa é uma grande, embora não única, fonte de desequilíbrio estrutural nas contas públicas. Por causa desse desequilíbrio, a carga tributária não pára de crescer e o Brasil tem a mais elevada taxa de juros reais do mundo.

Na avaliação de Mailson da Nóbrega, a principal dificuldade em ajustar as contas públicas e cortar gastos está em enfrentar os poderosos lobbies que se formam no Congresso e fora dele. "Há uma parte do Congresso que só trabalha para os idosos. As centrais sindicais também fazem esse papel, ao defender aumentos para o salário mínimo", comentou. "O salário mínimo é importante do ponto de vista social, mas não tanto quanto programas como o Bolsa-Escola."

"Um tema que precisa entrar em questão é como transformar uma política social quase assistencial em política de promoção social", lembrou Adalberto Moreira, professor especializado em Sociologia do Trabalho, pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj). "Ninguém pode sustentar 10 milhões de famílias eternamente."